

Declaração de Voto do deputado João Semedo

sobre o Relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares

PSD e CDS aceitaram esta comissão de inquérito de má-fé. Aprovaram-na para depois sabotar o seu trabalho, esvaziar o inquérito, impedir o esclarecimento. PSD e CDS entenderam-se, trocaram um favor entre si, mutuamente vantajoso: a proteção de Durão Barroso e de Paulo Portas, a proteção dos seus.

Exigia-se a esta comissão respostas concretas e definitivas sobre quatro perguntas simples relativas aos contratos dos submarinos:

- os alemães foram favorecidos ou os interesses do estado foram defendidos?
- o grupo Espírito Santo foi favorecido ou as condições de financiamento protegeram as finanças públicas?
- corrupção condenada na Alemanha, houve corrupção em Portugal e quem beneficiou dela?
- qual o grau de responsabilidade dos governantes que conduziram estes processos?

Na opinião da relatora, estas perguntas – há muito impostas por uma opinião pública cada vez menos condescendente – são meras insinuações.

Por isso respondo a cada uma dessas perguntas:

- há cláusulas no contrato dos submarinos que favorecem o consórcio fabricante e desprotegem o estado
- a fase final da negociação da operação de financiamento da compra dos submarinos favoreceu o consórcio financeiro que incluía o BES, permitindo-lhe alterar com vantagem algumas condições contratuais, tratamento de exceção de que não beneficiaram os outros candidatos.
- a pergunta não obteve resposta porque, na hora certa, sempre surgiu o biombo judicial.
- a acreditar no dr. Durão Barroso, a responsabilidade é toda do dr. Paulo Portas; a acreditar nos factos, a responsabilidade é dos dois;

A deputada Mónica Ferro fez um relatório de conveniência que replica a verdade oficial imposta por muitos silêncios e cumplicidades, ao longo dos últimos anos, dispensando mesmo alguns elementos novos obtidos pela comissão.

As conclusões da relatora do PSD e CDS são tendenciosas, parciais e mesmo mentirosas.

Tendenciosas porque só aceita, admite e reconhece factos e situações que sustentam a versão que quer ver consagrada.

Parciais porque omite, esconde e desvaloriza informação e opinião que contraria a narrativa que quer impor.

Mentirosas porque não é verdade que “nenhuma pergunta ficou por fazer” e muito menos que “não se retirou qualquer indício de cometimento de ilegalidades”.

Declaração de Voto do deputado João Semedo

sobre o Relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares

Mesmo o único consenso a que a comissão podia formular não aparece sequer nas conclusões: as contrapartidas foram um pântano, um embuste, uma falácia, para citar apenas alguns ex governantes, cuja semântica criativa se libertou quando eles se libertaram do governo.

A relatora consegue o milagre de ver outra explicação para o insucesso das contrapartidas: a culpa é da CPC nas suas várias existências, conclusão que surge embrulhada em sete outras conclusões que são na íntegra – calcule se lá – copy paste de textos da DILP, da DGAE e outros.

É assim, um relatório viciado e um inquérito inacabado.

Permanecem dúvidas por esclarecer, contradições por resolver, ficam muitas perguntas sem respostas, são mais que muitas as omissões.

Podia ter sido diferente se PSD e CDS tivessem outra cultura de debate, outra matriz democrática, outra relação com a verdade e, também, outro respeito pelo Parlamento e pelas suas regras.

A maioria pode impor-se pelos seus votos mas não pode dispensar-se de respeitar as regras. A primeira regra da democracia é exatamente respeitar as regras. Se as regras não respeitam a democracia, a democracia não as deve respeitar. Se as regras não nos respeitam, então, não devemos respeitar essas regras.

PSD e CDS só tiveram duas preocupações: acabar com o inquérito o mais depressa possível e que poucos dessem pela sua existência.

O inquérito conclui-se sem que alguma documentação seja conhecida e outra nem sequer se localizou por se desconhecer o seu paradeiro. As audições sucederam-se a um ritmo que impedia, antes, a sua preparação, e depois, a sua sistematização e tratamento. Algumas contradições ficaram por esclarecer porque PSD e CDS recusaram mais audições. Importantes informações conhecidas nos últimos dias ficaram por tratar e aprofundar.

E como se de uma homenagem do vício à virtude se tratasse até audições se realizaram durante as férias parlamentares.

A pressa foi tanta que a relatora nem à comissão apresentou o relatório.

Tudo isto com o beneplácito do sr. Presidente que se fez passar por árbitro e se esqueceu todo o tempo que estava aqui eleito pelo Parlamento e não pela maioria, que estava aqui com a missão de representar Parlamento e não a maioria a que pertence. Não foi um bom presidente nem não pouco um bom árbitro.

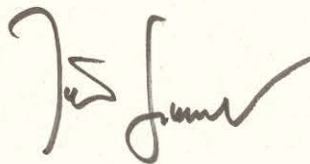
Tal presidente, tal comissão.

Espero e confio que a comissão que aí vem – o inquérito ao BES – esclareça o que PSD e CDS não deixaram agora esclarecer. Mas, sobretudo, o que espero e confio é que a próxima

Declaração de Voto do deputado João Semedo

sobre o Relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de
Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares

comissão permita contrariar a imagem de subserviência atrelada que esta comissão deixou aos
olhos dos cidadãos.



8.10.2014